

Em 10 de maio de 2011

Memória do Processo de Discussão da Cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce está localizada na região hidrográfica do Atlântico Sudeste, nos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo. Seu curso d'água principal é o Rio Doce, de domínio da União. A bacia tem intensa atividade econômica e ocupação populacional. São 229 municípios na bacia e uma população de 3,5 milhões de habitantes. Dentre as atividades econômicas, destacam-se a agropecuária, a mineração, a indústria de celulose e a siderurgia. A bacia sofre com problemas de desmatamento e mau uso dos solos que aceleram as erosões, assoream cursos d'água e provocam severas inundações. A falta de tratamento de esgotos contribui para a degradação qualitativa das águas. Atuam na bacia hidrográfica dez comitês, sendo seis em rios de domínio de Minas Gerais, três em rios de domínio do Espírito Santo e um em rios de domínio da União.

Antes de falar sobre o processo de discussão da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do Rio Doce, é importante relatar a construção do plano da bacia.

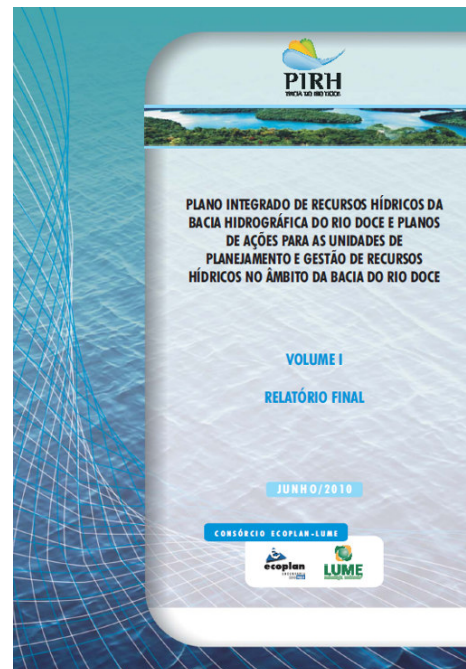
O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce - PIRH Doce foi resultado de processo participativo realizado entre junho de 2008 e final do ano de 2009, tendo sua aprovação ocorrida por meio da Deliberação CBH-Doce nº 24, em 14 de julho de 2010. O PIRH-Doce contém o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce, e consolida nove Planos de Ações de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - PARHs, um plano de ação para cada comitê de rio afluente ao Rio Doce.

A elaboração do plano da bacia foi acompanhada permanentemente por um Grupo de Acompanhamento Técnico - GAT, que, além de representantes de cada um dos comitês atuantes na bacia, contou também com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos (ANA, IGAM e IEMA).

O GAT se reuniu quinze vezes, sendo a primeira vez em junho de 2008 e a última em maio de 2010.

Ao longo da construção do PIRH-Doce foram realizadas trinta reuniões públicas, em diferentes localidades da bacia, para apresentação dos resultados das suas distintas etapas: diagnóstico, prognóstico e programas do plano.

O PIRH-Doce é resultado do esforço integrado de representantes dos dez comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, e está disponível no *site* do CBH-Doce, www.riodoce.cbh.gov.br



Capa do PIRH-Doce

Com relação ao processo de discussão sobre a cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Doce, ela foi retomada com a criação do Grupo de Trabalho de Cobrança e Agência do CBH-Doce em meados de 2009 (Deliberação nº 21, de 25 de junho de 2009). Este Grupo, supervisionado pela Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBH-Doce, teve como

papel a pesquisa referente aos modelos de cobrança e agência já adotados em outras bacias.

Ao longo do processo de discussão da cobrança, os comitês com atuação na bacia do Rio Doce, com apoio dos órgãos gestores, organizaram cinco Oficinas para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e da Agência de Água na Bacia do Rio Doce, que ocorreram no período de setembro de 2009 a outubro de 2010. As oficinas foram realizadas em Governador Valadares-MG, Ipatinga-MG (duas vezes), Ouro Preto-MG e Colatina-ES.



**1ª Oficina,
1 e 2/09/2009, Governador Valadares-MG**



**2ª Oficina,
24 e 25/11/2009, Ipatinga-MG**



3ª Oficina, 24 e 25/05/2010, Ipatinga-MG



4ª Oficina, 25 e 26/08/2010, Ouro Preto-MG



5ª Oficina, 6 e 7/10/2010, Colatina-ES

Um marco importante que oficializou a articulação e a integração dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce não só na discussão da temática de cobrança e de agência, mas também na gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce, foi a assinatura, em 24 de março de 2010, do Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Pacto da Bacia do Rio Doce).

Assinaram o Pacto: o governo do Estado de Minas Gerais, o governo do Estado do Espírito Santo, a ANA, o IEMA, o IGAM e os dez comitês com atuação na bacia hidrográfica do Rio Doce.

 Paulo Cesar Hartung Gomes Governador do Estado do Espírito Santo	 Aécio Neves da Cunha Governador do Estado de Minas Gerais	 Leonardo Deptulski Presidente do CBH-Doce	 Jair Henrique de Oliveira Presidente do CBH Piranga
 Jose Carlos Carvalho Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	 Maria da Glória Brito Abaurre Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 Luiz Antônio dos Santos Presidente do CBH Piracicaba	 Flávia Martins Guerra Pantuza Presidente do CBH Santo Antônio
 Vicente Andreu Gulló Diretor-Presidente da ANA		 Paulo Celso de Figueiredo Presidente do CBH Suaçui	 Kleber Ramon Rodrigues Presidente do CBH Caratinga
		 Tairô de Souza Coelho Presidente do CBH Águas do Rio Manhuaçu	 Marcelo Seibel Presidente do CBH Guandu
		 Elio Cordeiro de Almeida Presidente do CBH Santa Maria do Rio Doce	 Eduardo Alves Carneiro Presidente do CBH São José

Assinaturas do Pacto das Águas

No âmbito do Pacto foi criado o Grupo Técnico de Articulação Institucional (GTAI) composto inicialmente por dois representantes de cada comitê, além de representantes dos órgãos gestores. Posteriormente, em atendimento a demanda dos usuários, o GTAI teve sua composição ampliada para participação de três representantes de cada comitê, sendo um de cada segmento. Coube ao GTAI acompanhar a execução do Pacto e, em relação a temática cobrança e agência, coube a ele exercer o papel de harmonizador das propostas de mecanismos e valores de cobrança e das propostas de definição de agência emitidas por cada um dos dez comitês com atuação na bacia. O GTAI se reuniu por seis vezes, no período de maio de 2010 a fevereiro de 2011.

Fundamental informar que ao GTAI não foi transferida a competência deliberativa dos comitês, tendo o grupo contribuído como instância de encontro dos dez comitês. A coordenação do GTAI foi exercida pela vice-presidente do CBH-Doce.

Além das Oficinas para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e da Agência de Água na Bacia do Rio Doce, foram realizadas rodadas de reuniões nos comitês com atuação na bacia do Rio Doce, com abordagem da cobrança pelo uso de recursos hídricos e do modelo de agência de bacia na pauta.

A primeira rodada de reuniões ocorreu no período de junho a julho de 2010 e procurou nivelar o conhecimento dos membros dos comitês sobre a cobrança e a agência.



**1ª Rodada de Reuniões
CBH-Piranga, 24/06/2010, Ponte Nova-MG**

Após esta primeira rodada de reuniões, o GTAI, em sua terceira reunião, realizada em julho de 2010, na cidade de Aimorés-MG, construiu uma minuta de deliberação sobre mecanismos de cobrança, que foi encaminhada para avaliação dos dez comitês com atuação na bacia hidrográfica do Rio Doce. Como resultado deste encaminhamento, vários comitês aprovaram deliberações definindo os mecanismos de cobrança pelo uso da água na sua área de atuação.

Em continuidade, e apoiados pelas discussões das Oficinas, os comitês passaram a pautar a definição dos valores de cobrança e discussão do edital de agência. Com isto, estabeleceu-se uma segunda rodada de reuniões nos comitês com atuação na bacia do Rio Doce, o que ocorreu no período de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011.

Nesta oportunidade, os comitês debateram Notas Técnicas que continham cenários referentes a diferentes valores para a cobrança pelo uso da água. Debateram também uma minuta de edital para escolha da agência de água da bacia, que foi elaborada pelo GTAI. Fruto desta rodada, os comitês encaminharam os seus posicionamentos e suas contribuições ao GTAI.

13ª reunião do CBH Suaçu teve participação expressiva dos membros

Aconteceu ontem (9), a 13ª Reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçu. Estiveram presente 56 pessoas, desse total, 29 eram membros do comitê, que tem atuado como Unidade de Planejamento e Gestão frente à elaboração do Plano Regional de Recursos Hídricos, definindo as obras e ações necessárias que visam à recuperação, conservação e preservação dos recursos hídricos, bem como decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros.



A reunião aconteceu na sede do CBH Suaçu e contou com a presença de 56 pessoas



2ª Rodada de Reuniões CBH-Suaçu, 2/2/2011, Governador Valadares-MG

No final de fevereiro de 2011, o GTAI, já em sua sexta reunião, se reuniu para, a partir dos posicionamentos e contribuições dos comitês, analisar, discutir e construir uma minuta de deliberação harmonizada sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água e uma minuta de edital para seleção da agência de água da bacia. Estas minutas foram construídas e encaminhadas a cada um dos dez comitês com atuação na bacia do Rio Doce, e assim, estabeleceu-se a terceira rodada de reuniões nestes comitês.

Esta terceira rodada de reuniões ocorreu nos meses de março e abril de 2011 e tiveram como resultado a aprovação de deliberações sobre mecanismos e valores de cobrança e sobre o edital de agência em sete dos dez comitês com atuação na bacia do Rio Doce, entre elas, a aprovação da Deliberação CBH-Doce nº 26, de 31 de março de 2011, que dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce, e a Deliberação CBH-Doce nº 27, de 31 de março de 2011, que aprova o Edital Conjunto Nº. 01/2011, para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Ressalta-se que cada comitê teve autonomia para discutir as minutas encaminhadas pelo GTAI, e, não havendo concordância com seu conteúdo ou havendo necessidade de adequá-las as suas especificidades, puderam realizar adequações.

No caso do CBH-Doce, no que se refere a minuta de mecanismos e valores de cobrança, houve intensa negociação para definição de PPU's diferentes dos propostos pelo GTAI, revisão do coeficiente K_f para promover redução do pagamento do setor rural em 40 vezes, e exclusão dos incisos de definição do que poderia ser reconhecido como pagamento diferenciado pelo uso de recursos hídricos. Já no que se refere a minuta de edital para seleção da agência de água, foi reduzida a composição inicial da diretoria executiva e realizada adequações relativas as pontuações atribuídas para a seleção.

Embora o Pacto da Bacia do Rio Doce estabelecesse dentre as suas metas que a cobrança na bacia seria iniciada em 1 de janeiro de 2011, esta meta foi repactuada em atendimento a pleito dos usuários de recursos hídricos que solicitaram maior tempo para os debates e manifestaram a necessidade de realizar reuniões setoriais. Com isto, antes da realização da segunda rodada de reuniões nos comitês com atuação na bacia do Rio Doce, foram realizadas nos dias 21 e 22 de outubro de 2010, em Governador Valadares-MG, quatro Oficinas Setoriais: uma do setor industrial, uma do setor de mineração, uma do setor saneamento, e uma do setor agropecuário. O início da cobrança ficou estabelecido para o segundo semestre de 2011.

Durante todo o processo, os usuários de recursos hídricos se organizaram e realizaram eventos para tratar a temática da cobrança, como por exemplo, a Oficina de Cobrança pelo Uso da Água na Bacia do Rio Doce, 23 de fevereiro de 2010, em Belo Horizonte-MG, na FIEMG; o Seminário Estadual Cobrança pelo Uso da Água - A Visão do Usuário, 29 de outubro de 2011, em Vitória-ES; a Reunião com os Usuários de Recursos Hídricos - Setor Irrigação ES, para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio Doce, 3 de novembro de 2010, em Colatina-ES; a Reunião do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais (CISAB), 4 de fevereiro de 2011, em Viçosa-MG.



**Reunião Setor Irrigação ES
3/11/2010, Colatina-ES**



SEMINÁRIO ESTADUAL
COBRANÇA PELO USO DA
ÁGUA
A VISÃO DO USUÁRIO

CONVITE

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e a Associação dos Usuários de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (AURHES) convidam para o Seminário Estadual 'Cobrança pelo Uso da Água: a Visão do Usuário'

29 de outubro | 8h às 18h | Hotel Ilha do Boi

PALESTRAS

- A implantação da cobrança no Brasil e seus desafios - Patrick Thomas: Agência Nacional de Águas (ANA)
- Impactos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos sobre os setores econômicos - Rodrigo Speziali: Ministério do Meio Ambiente/SRHU
- A experiência da cobrança dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica: o êxito da adimplência - Francisco Lahoz: Agência PCJ (bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - SP)
- A cobrança pelo uso dos recursos hídricos sob a ótica usuário contribuinte nas bacias hidrográficas PCJ e PBS - Umberto Caldeira Cinque: Fibria Celulose S/A
- De resistente a contribuinte: o caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE-RJ) - Eduardo Dantas: CEDAE/RJ
- Agricultura irrigada: os impactos e os benefícios observados nas experiências brasileiras - Wilson Bonança: Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES PELO SITE
WWW.AURHES.ORG.BR

REALIZAÇÃO:  **aurhes**  **Esírito Santo em Ação**

Conforme já dito, o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 26, de 31 de março de 2011, que “dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”, mas tem plena consciência de que eles estão longe de serem perfeitos e ideais, e tanto é assim, que na própria deliberação o comitê já antecipou demandas de estudos à sua futura agência de bacia.

Os mecanismos e valores aprovados foram objeto de intensos debates e negociações, não só no CBH-Doce, mas também nos outros nove comitês de bacias hidrográficas de rios afluentes ao Rio Doce. Estes debates e negociações alcançaram vários atores em diferentes localidades da bacia. Seu resultado é fruto de um forte pacto do que é possível para o momento, onde todos saíram ganhando, em especial as águas da bacia do Rio Doce.

Não podemos deixar de exaltar o resultado alcançado por este inédito processo ainda não visto na gestão de recursos hídricos do País, com debates articulados, integrados e simultâneos sobre o plano de bacia, a cobrança pelo uso das águas e a escolha da agência de água em todos os comitês atuantes numa mesma bacia.

Temos como fruto a aprovação do plano da bacia, a aprovação de mecanismos e valores de cobrança harmonizados entre si em sete comitês, e a adesão ao edital para escolha de uma agência única para a bacia em seis comitês. Os comitês que ainda não a fizeram, deverão fazê-la em breve após superarem a fase de realização dos seus respectivos processos eleitorais para definição das suas novas composições.

Por fim, novo passo para continuidade da articulação e integração da gestão na bacia do Rio Doce foi dado com a instituição, no âmbito do CBH-Doce, da Câmara Técnica de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CTI-Doce (Deliberação CBH-DOCE nº 29, de 31 de março de 2011).

A instituição desta Câmara atendeu previsão do §4º da Cláusula Segunda do Pacto da Bacia do Rio Doce, e sucederá o GTAI. A ela compete:

- I- acompanhar, avaliar e propor medidas visando a implementação das ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas do Rio Doce;
- II- propor aos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce, normativos e deliberações relativos aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, de forma integrada e harmonizada;
- III- promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e a articulação da atuação das entidades intervenientes;
- IV- acompanhar a implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia - PIRH e dos Planos de Ação de Recursos Hídricos - PARHs e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V- acompanhar o cumprimento dos Contratos de Gestão; e
- VI- propor a organização do Encontro Anual de Integração da Bacia.

A CTI-Doce é composta por três representantes de cada comitê com atuação na bacia, indicados paritariamente entre os segmentos neles representados, e está assegurada a participação, como convidado, de um representante da ANA, do IGAM e do IEMA.

Como última informação, a CTI-Doce se reuniu pela primeira vez em 27 de abril de 2011 tendo definido o cronograma para escolha da agência de água da bacia e os membros que farão parte da comissão de julgamento desta escolha, conforme estava previsto no Edital Conjunto Nº. 01/2011.



JOEMA GONÇALVES DE ALVARENGA
Secretária do CBH-Doce

Exemplos de veiculação na mídia do processo de implementação da cobrança na bacia hidrográfica do Rio Doce



Cuidado com eletricidade: tomadas, eletrodomésticos, ferramentas elétricas e principalmente quadro geral de luz. Oriente as crianças sobre os riscos de descargas elétricas e instale protetores nas tomadas.

Suplemento de saúde e qualidade de vida da Edição 1.133 (4/2/2011) da FOLHA DE PONTE NOVA

7

Uso de água da Bacia do Rio Doce será cobrado a partir de setembro

Hoje, 4/2, o Consórcio de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais/ Cisb promove encontro de gestores do setor de saneamento básico, inclusive os de Ponte Nova, a partir das 9h, no auditório do SAAE/Viçosa, para discutir mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos que as operadoras de abastecimento de água e esgoto da Bacia do Rio Doce implementarão a partir de setembro/2011.

Outros dirigentes de serviços autônomos de água e esgoto estarão presentes, representando estas cidades da área de circulação desta FOLHA: Abre Campo, Jequeri, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Doce e Vermeelho Novo. Segundo nota da entidade, as tarifas pelo uso da água serão cobradas pela Agência Nacional de Água/ANA, sabendo-se que em outras regiões os usuários, formados por serviços de abastecimento de água e esgoto, indústrias, mineradoras e irrigadores, entre outros, já pagam essas tarifas.

O intuito da cobrança é, segundo as autoridades do setor, arrecadar recursos para programas e projetos de despoluição, recuperação e preservação das

bacias hidrográficas.

No caso das operadoras de abastecimento de água e esgoto, todo o capital a ser arrecadado será obtido via cobrança de taxas dos consumidores.

O valor a ser destinado à Bacia do Rio Doce será definido com base em discussões entre os membros dos Comitês - entre eles, o Comitê da Bacia Hidrográfica/CBH do Rio Piranga - e representantes de outras classes, como empresas municipais e estaduais de saneamento, produtores rurais e mineradores, entre outros. Todos os recursos serão para



O rio Piranga em Ponte Nova: recursos oriundos da cobrança vão para a despoluição das águas

investimento em saneamento, na construção de estações de tratamento e na recuperação e proteção de nascentes e matas ciliares. A cobrança pelo uso de recursos hídricos já acontece nas

Repasse mensal

O jornal "Minas Gerais" desta semana publicou extrato de contratos firmados entre o Cisb/Zona da Mata e alguns municípios em 3/1 visando à transferência de recursos públicos mensais para pequenos projetos. No caso do Distrito/PA, a verba é de R\$ 4.138,75. Para Jequeri, o repasse é de R\$ 688,45, enquanto para Abre Campo o valor fixado está em R\$ 764,05.

Bacias do Rio São Francisco e do Paraíba do Sul.

Os usos dos recursos hídricos outorgados, tais como captações, derivações e acumulações existentes em um corpo de água e as extrações de aquífero subterrâneo, se enquadram na cobrança. Também são tarifados os lançamentos, em corpos de água, de efluentes e demais efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, e o aproveitamento de potenciais hidrelétricos.

Estão isentos da cobrança os usos de recursos hídricos destinados à satisfação das necessidades de pequenos núcleos habitacionais distribuídos no meio rural, bem como acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.

CBH-Piranga debate cobrança da água e outros assuntos

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/CBH-Piranga, Iair Henriques de Oliveira, divulgou nesta semana convocação de 24/1 relativa a reunião ordinária da entidade para as 13h30 de 8/2, no auditório da Anapir/Pacheco-PN, tendo na pauta a cobrança pelo uso da água do rio (leia nesta página).

Pretende-se discutir propostas sobre os valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos para subsidiar ações do Grupo Técnico de Articulação Institucional do CBH-Rio Doce.



Médico Itamar Neves Duarte Júnior já atende em Ponte Nova

Especialista em Tratamento de Varizes e Escleroterapia e também em Cirurgia Arterial e Ultrassom Vascular, o médico **Itamar Neves Duarte Júnior**, CRM-MC 44909, já atende em Ponte Nova, em seu consultório, na rua Sebastião Francisco de Oliveira, 123 - Guaraquiranga, fone (31) 3881-3203, e na Consultar - Serviços Especializados de Saúde, na av. Francisco Vieira Martins, 500 - Palmeiras, fone (31) 3819-9900.

"Você é profissional capacitado e chega para fortalecer ainda mais a área de serviços médicos da cidade que você tanto ama, sua terra natal! Acompanhamos, com orgulho, a sua especialização em Cirurgia Geral no Hospital Márcio Cunha, em Ipatinga, e a sua especialização em Angiologia e Cirurgia Vascular no Hospital Vera Cruz, em Belo Horizonte. Seja bem-vindo: que sua dedicação nos estudos e na residência médica seja recompensada com atuação perseverante no mercado de trabalho."

A mensagem é de seus pais, Itamar Neves Duarte/vice-prefeito de Ponte Nova e Mathilde Carneiro de Souza Duarte, e demais familiares.



Itamar Júnior entre seus pais, Mathilde e Itamar

Apae fica sem aula pela falta de pessoal cedido da Prefeitura

Nesta manhã de ontem, 3/2, a presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais/Apae, Terezinha de Jesus Valle Alves Costa, suspendeu as aulas (iniciadas em 31/1) para cerca de 300 estudantes na escola da entidade, pela falta de 2 conselheiros e 4 auxiliares de serviços gerais, contratados e cedidos pela Prefeitura.

"Faltaram com o respeito à nossa entidade. No ano passado foi a mesma coisa: tiraram professores e serviços cedidos, e nosso pessoal se desdobrou para manter a Apae funcionando. Agora, iniciamos as aulas e no dia seguinte sobremos do término dos contratos."

Na tarde de 2/2, Terezinha, Ana Virginia Gomes/vice-presidente e Ana Nobília da Rocha Lamas Trindade/diretora estiveram com Angélica Lessa/secretária de Gestão e Recursos Humanos, Marcos Vinícius da Silveira/procurador jurídico municipal e Débora Bitencourt/secretária-adjunta de Educação. "Se nos disserem que estudam como contratar novos servidores", falou Terezinha.

O prefeito Joãozinho de Carvalho/PTB informou ontem que, a partir de 7/2, encaminhará 6 servidores à Apae. "As que saíram tiveram os seus contratos extintos em 31/12/2010, pela não aprovação em processo seletivo. Sinceramente, não sei o que aconteceu, levando-as a retornar ao trabalho", admitiu o prefeito.

Dica para uma dieta saudável



O brócolis é um alimento essencial na nossa alimentação. É um vegetal rico em cálcio e ferro, que são minerais muito importantes para a formação dos ossos e dentes. Tem ainda vitamina A, que ajuda na visão e contribui para a saúde da pele, e vitamina C, que ajuda a melhorar o sistema imunológico.

Inclua o brócolis na salada, durante o almoço e jantar.

Bom apetite!

(31) 3819-5000



HOSPITAL
ARNALDO GAVAZZA
PLAMHAG

4495 32394-2

Água do Rio Doce vale R\$0,018 o metro cúbico

Usuários devem começar a pagar pela captação no segundo semestre

ANALÚCIA GONÇALVES
DA SUCURSAL DO LESTE DE MINAS

GOVERNADOR VALADARES – Os usuários que retiram água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce vão pagar R\$ 0,018 por metro cúbico que capturem do manancial. A cobrança deve começar no segundo semestre deste ano. A decisão foi tomada ontem pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), em reunião realizada em Governador Valadares. São definidos como usuários sujeitos ao pagamento as cidades, indústrias, empresas e fazendas que usam água para irrigação e criação de animais.

De acordo com o gerente de Cobrança pelo Uso da Água da Agência Nacional de Águas (ANA), em Brasília, Patrick Thomas, a previsão é que R\$ 18 milhões sejam arrecadados no primeiro ano de cobrança. No quarto ano, o montante poderá chegar a R\$ 31 milhões. Esses valores previstos representam cerca de 11% do necessário para recuperação da Bacia do Rio Doce. Programas e projetos propostos foram orçados em R\$ 1.344.880.645,03.

Patrick Thomas disse que se o usuário, além de captar água do Rio Doce, lançar nele poluentes, como esgotos, vai pagar mais R\$ 0,10 por quilo de carga orgânica.

O gerente lembra que essa cobrança não se confun-



Dinheiro arrecadado com a cobrança será usado na recuperação da bacia hidrográfica

de com a tarifa de água paga à Copasa ou Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae). "A tarifa que se paga atualmente é pela prestação do serviço de abastecimento de água. Agora, a cobrança é pela captação". Thomas frisa que os consumidores residenciais não estão sujeitos a essa cobrança já que quem capta a água no rio são os prestadores do serviço. Caberá a eles definir se vão ou não repassar os valores cobrados aos consumidores.

O gerente explica ainda que o valor cobrado será único para todos os usuários, com exceção do setor que envolva a irrigação, criação animal e apicultura. Este setor será submetido a um coeficiente de redução. "Neste caso, o valor pago será 40 vezes menor que os dos demais usuários", revela o gerente de captação da ANA.

A data da cobrança depende da criação da Agência de Bacia, prevista para

o segundo semestre deste ano. Ela será responsável pela captação desses recursos e sua aplicação nas obras de recuperação do Rio Doce. Caberá à ANA emitir os boletos.

Thomas lembra que a Bacia do Rio Doce, com 911 quilômetros de extensão, é uma das mais degradadas do país por sofrer um processo de ação humana muito intensivo nos seus 83,5 mil quilômetros quadrados de sua área de abrangência.

Gestores debatem cobrança por uso de água da Bacia do Rio Doce

A PARTIR DO SEGUNDO SEMESTRE, USUÁRIOS QUE EXTRAEM ÁGUA DIRETAMENTE DOS RIOS QUE COMPÕEM A BACIA DEVERÃO PAGAR R\$ 0,018 POR CADA MIL LITROS DE ÁGUA RETIRADA

por THIAGO COELHO
da Redação

Representantes do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e da Agência Nacional de Águas (ANA) estarão amanhã em Valadares, para debater a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos proposta para a bacia do rio Doce. O encontro, aberto ao público, começará às 13h, no Teatro Atiaia. Na quinta-feira (31), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) já havia definido a cobrança de R\$ 0,018 por mil litros de água retirada dos rios da bacia e R\$ 0,10 por quilo de carga orgânica [poluente] lançada — valores que devem começar a ser pagos a partir do segundo semestre. Segundo gerente de cobrança pelo uso da água da ANA, Patrick Thomas, consumidores residenciais não estão sujeitos ao pagamento, mas cabe às empresas prestadoras de serviço de abastecimento (como o Saae) definir se repassará a cobrança aos usuários.

CBH-Doce, que desde quinta-feira é presidido pela prefeita Elisa Costa (PT), é a de que indústrias, mineradoras, prestadoras de serviço de abastecimento urbano e fazendas deverão pagar pela água extraída dos rios que formam a bacia do rio Doce. O valores cobrados aumentarão progressivamente, chegando a R\$ 0,03 por mil litros de água captada e R\$ 0,16 por quilo de carga orgânica no quarto ano de cobrança. O setor agropecuario pagará menos pela extração da água, com os valores corrigidos por um fator multiplicador de 0,025 em relação aos demais usuários.

Conforme o comitê, os recursos arrecadados serão usados para financiar ações de preservação e recuperação da bacia do rio Doce. No primeiro ano da cobrança devem ser arrecadados R\$ 18 milhões, e a projeção é que o valor chegue a cerca de R\$ 31 milhões no quarto ano. Em 2010, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em todo o Estado de Minas Gerais arrecadou



PRESTADORAS DE serviço de abastecimento urbano que extraem água do rio, como o Saae, estão sujeitas à cobrança e podem repassar valor aos consumidores

milhões, abrangendo um total de 1.642 usuários pagadores.

SEM ÁGUA

Dono do maior potencial hídrico do planeta, o Brasil corre o risco de chegar a 2015 com problemas de abastecimento de água em mais da

nóstico está no "Atlas Brasil — Abastecimento Urbano de Água", lançado pela ANA em 22 de março. O levantamento mapeou as tendências de demanda e oferta de água nos 5.565 municípios brasileiros e estimou em R\$ 22 bilhões o total de investimentos necessários para evitar a escassez.

estudo publicado na revista norte-americana "Proceedings of the National Academy of Sciences", mais de 1 bilhão de pessoas — a maioria vivendo nas grandes cidades — ficarão sem água em 2050. De acordo com os cientistas responsáveis pelo estudo, as más condições sanitárias de

agravam o risco para a fauna e a flora. "Existem soluções para que esse um bilhão de pessoas tenham acesso à água. Mas isso requer muitos investimentos na infraestrutura e melhor utilização da água", afirmou o coordenador da pesquisa, Rob McDonald, do centro de estudos privado The



Encontro em Valadares discute a cobrança do uso da água por empresas

Entrevista concedida por Rodrigo Flecha, superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, à TV Globo sobre a cobrança no rio Doce. A entrevista foi veiculada no programa MGTV em 23 de fevereiro de 2011.